

Instituto Superior Técnico

Aviso (extrato) n.º 6223/2017

1 — Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, tornam-se públicas as Listas Unitárias de Ordenação Final relativas aos procedimentos concursais abaixo identificados.

2 — As Listas Unitárias de Ordenação Final, homologadas por despacho do Presidente do Instituto Superior Técnico de 15 de maio de 2017, foram notificadas aos candidatos, através de email, encontrando-se afixadas em local visível e público das instalações da Direção de Recursos Humanos e disponibilizadas na página eletrónica em <http://drh.technic.ulisboa.pt/tecnicos-e-administrativos/recrutamento/>, tudo nos termos dos n.ºs 4, 5 e 6 do artigo 36.º da referida Portaria.

Aviso n.º 11608/2016, *Diário da República*, 2.ª série, N.º 183, de 22 de setembro de 2016 (2 postos de trabalho, na carreira de especialista de informática, categoria de especialista de informática de grau 1, nível 2, para a área de Tecnologias de informação e comunicação — Infraestruturas);

Aviso n.º 11822/2016, *Diário da República*, 2.ª série, N.º 186, de 27 de setembro de 2016 (1 posto de trabalho, na carreira e categoria de técnico superior, para a área de Tecnologias de Informação e Comunicação — Apoio aos Utilizadores).

16 de maio de 2017. — O Vice-Presidente para a Gestão Administrativa, *Prof. Jorge Manuel Ferreira Morgado*.

310500501

Despacho (extrato) n.º 4852/2017

Por despacho do Presidente do Instituto Superior Técnico de 17 de janeiro 2017:

Doutor Pedro Simões Cristina de Freitas — autorizado o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em regime de tenure em dedicação exclusiva, na categoria de Professor Catedrático, na área disciplinar de Álgebra e Topologia ou Análise Real e Análise Funcional ou Equações Diferenciais e Sistemas Dinâmicos ou Física — Matemática ou Geometria, do mapa de pessoal do Instituto Superior Técnico, na sequência de procedimento concursal, com direito à remuneração correspondente ao 1.º escalão e ao nível remuneratório entre o 82 e o 83 da tabela remuneratória única.

16 de maio de 2017. — O Vice-Presidente para a Gestão Administrativa, *Prof. Jorge Morgado*.

310501303

UNIVERSIDADE DO MINHO

Despacho (extrato) n.º 4853/2017

Por despacho de 14.05.2017, do Reitor da Universidade do Minho:

Licenciada Carla Maria Canotilho Alberto Santos — autorizada a renovação da nomeação em comissão de serviço, no cargo de Chefe de Divisão do Gabinete de Apoio a Projetos, com efeitos a partir de 10.03.2017. (Isento de Fiscalização Prévia do TC).

17 de maio de 2017. — O Diretor de Serviços, *Luís Carlos Ferreira Fernandes*.

310502113

UNIVERSIDADE DO PORTO

Edital n.º 367/2017

Doutor Pedro Nuno de Freitas Lopes Teixeira, Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Vice-Reitor da mesma Universidade:

Faço saber que, por meu despacho de 5 de maio de 2017, no uso de competência delegada por despacho publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 149, de 5 de agosto de 2014, pelo prazo de cinquenta dias úteis a contar do dia imediato ao da publicação do presente edital no *Diário da República*, se abre concurso documental para uma vaga para Professor Catedrático da Área Disciplinar de Engenharia Mecânica da Faculdade de Engenharia desta Universidade.

1 — As disposições legais aplicáveis são as seguintes:

Artigos 37.º a 51.º e 62.º-A, do Estatuto da Carreira Docente Universitária, republicado pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, e alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio; Regulamento dos Concursos

para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade do Porto — Despacho n.º 12913/2010, publicado no *Diário da República*, n.º 154, de 10 de agosto de 2010.

2 — Ao concurso podem candidatar-se:

Os titulares do grau de doutor há mais de cinco anos, que sejam detentores do título de agregado.

Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de ser reconhecido por instituição de ensino superior portuguesa, nos termos do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 341/2007, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 197, de 12 de outubro.

Esta formalidade tem de estar cumprida até à data do termo do prazo para a candidatura.

3 — O processo de candidatura ao concurso deverá ser apresentado no Serviço de Expediente, na Universidade do Porto, sito à Praça Gomes Teixeira, Sala 114, e é instruído com:

3.1 — Carta de candidatura em que os candidatos deverão indicar os seguintes elementos:

- a) Nome completo;
- b) Filiação;
- c) Número e data do bilhete de identidade ou cartão de cidadão;
- d) Data e localidade de nascimento;
- e) Estado civil;
- f) Profissão;
- g) Residência ou endereço de contacto;
- h) Telefone ou telemóvel de contacto;
- i) Endereço eletrónico de contacto.

3.2 — Documentos comprovativos do preenchimento das condições fixadas no n.º 2 deste edital, designadamente, a certidão de doutoramento e a certidão de agregação, exceto para os casos correspondentes à obtenção do grau de doutor ou do título de agregado na Universidade do Porto;

3.3 — Exemplares, em suporte digital e em duplicado (2CDs ou 2DVDs), dos seguintes documentos:

a) Currículo contendo todas as informações pertinentes para a avaliação da candidatura tendo em consideração os critérios de seleção e seriação constantes do n.º 6 do presente edital, nomeadamente a informação relativa a publicações científicas das bases de dados SCI e/ou SCOPUS, no que se inclui fatores de impacto das revistas e indicadores de citações, excluindo autocitações. O candidato deverá estruturar o currículo de forma a facilitar a rápida e completa identificação da sua contribuição, na área disciplinar em que é aberto o concurso, em cada uma das subalíneas do ponto 6.3.

b) Trabalhos mencionados no currículo apresentado, podendo os candidatos destacar até dez dos que considerem mais representativos da atividade por si desenvolvida.

c) Programa Científico e Pedagógico, descrevendo as atividades de investigação, ensino e extensão universitária que o candidato se propõe desenvolver, como Professor Catedrático, na área da Engenharia Mecânica e no domínio específico de Mecânica Aplicada, tendo em atenção a integração do candidato nas atividades em curso no âmbito da “Mecânica dos Sólidos e das Estruturas”, ou dos “Órgãos de Máquinas e Projeto Mecânico”. O Programa Científico e Pedagógico não pode exceder 12 páginas A4.

4 — As instruções para a apresentação da informação, em suporte digital, encontram-se disponíveis na área de Concursos de Pessoal do SIGARRA U.PORTO, no endereço http://sigarra.up.pt/up/pt/CONTEU-DOS_GERAL.VER?PCT_PAG_ID=1004282.

5 — A Reitoria, através da Unidade de Planeamento, Contratação e Desenvolvimento do Serviço de Recursos Humanos do Centro de Recursos Comuns da Universidade do Porto, comunicará aos candidatos o despacho de admissão ou não admissão administrativa ao concurso, o qual se baseará no preenchimento ou na falta de preenchimento, por parte daqueles, das condições estabelecidas no n.º 2 deste edital.

6 — Critérios de seleção e seriação dos candidatos:

Os critérios de avaliação, respetiva ponderação, sistema de valoração final e seriação, têm como referência as funções gerais dos docentes, previstas no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto (ECDU), bem como o disposto no artigo 50.º desse mesmo decreto-lei e o disposto no n.º 1 do artigo 14.º do Regulamento dos Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade do Porto.

Nas vertentes de avaliação curricular identificadas no ponto 6.3., deverão relevar os aspetos curriculares na área da Engenharia Mecânica, em particular no domínio específico de Mecânica Aplicada. Será especialmente valorizado o trabalho desenvolvido nos últimos 10 anos, que ateste o empenhamento na prossecução de uma carreira científica

e pedagógica, na ligação à comunidade científica e na extensão universitária e transferência de conhecimento.

6.1 — Critérios de aprovação em mérito absoluto:

A aprovação dos candidatos em mérito absoluto dependerá de serem detentores do grau de Doutor na área disciplinar de Engenharia Mecânica ou outra considerada adequada e possuírem um currículo cujo mérito o júri entenda revestir nível científico e pedagógico, capacidade de investigação e atividade desenvolvida compatíveis com a área disciplinar e categoria para que é aberto o concurso.

Considera-se aprovado em mérito absoluto o candidato que seja aprovado por maioria absoluta dos membros do júri votantes, em que o voto deverá ser favorável sempre que o membro do júri tenha atribuído uma pontuação igual ou superior a 50, de acordo com a metodologia de avaliação curricular e com o modo de funcionamento do júri descritos nos pontos 6.3. a 6.4. infra.

6.2 — Seriação dos candidatos aprovados em mérito absoluto:

Os candidatos aprovados em mérito absoluto serão ordenados com base na metodologia de avaliação curricular e no modo de funcionamento do júri descritos nos pontos 6.3. e 6.4.

6.3 — Vertentes e critérios da avaliação curricular

A avaliação dos candidatos incide sobre as seguintes vertentes, devendo relevar os aspetos curriculares na área da Engenharia Mecânica, em particular no domínio específico de Mecânica Aplicada e valorizando especialmente o trabalho desenvolvido nos últimos 10 anos:

- a) Mérito Científico — atividades de investigação científica ou de desenvolvimento tecnológico;
- b) Experiência e Mérito Pedagógico — atividade docente e de acompanhamento e orientação dos estudantes;
- c) Tarefas de extensão valorização económica e social do conhecimento — atividades de extensão universitária, de divulgação científica e de valorização económica e social do conhecimento;
- d) Gestão universitária — gestão das instituições universitárias e outras tarefas distribuídas pelos órgãos de gestão competentes e que se incluem no âmbito da atividade de docente universitário.
- e) Programa Científico e Pedagógico — atividades de investigação, ensino e extensão universitária que o candidato se propõe desenvolver, como Professor Catedrático, na área da Engenharia Mecânica e no domínio específico de Mecânica Aplicada, tendo em atenção a integração do candidato nas atividades em curso no âmbito da “Mecânica dos Sólidos e das Estruturas”, ou dos “Órgãos de Máquinas e Projeto Mecânico”.

6.3.1 — Critérios para a avaliação da vertente Mérito Científico (V_{MC}):

CI_1 — Produção Científica:

Qualidade e quantidade da produção científica (livros, artigos em revistas, publicações em atas de conferências ...) expressa pelo número e tipo de publicações, e pelo reconhecimento que lhe é prestado pela comunidade científica (traduzida na qualidade dos locais de publicação e nas referências que lhes são feitas por outros autores).

CI_2 — Coordenação e realização de projetos científicos:

Qualidade e quantidade de projetos científicos financiados numa base competitiva por fundos públicos, através de agências nacionais ou internacionais ou por empresas, em que participou e os resultados obtidos nos mesmos, dando-se relevância à coordenação de projetos. Na avaliação da qualidade deve atender-se ao financiamento obtido, ao grau de exigência do concurso, às avaliações de que foram objeto os projetos realizados e aos protótipos concretizados, em particular se tiveram sequência em produtos ou serviços.

CI_3 — Constituição de equipas científicas:

Capacidade para gerar, organizar e liderar equipas científicas, bem como a de orientar investigadores em trabalhos de pós-doutoramento, doutoramento e mestrado.

CI_4 — Intervenção nas comunidades científica e profissional:

Capacidade de intervenção nas comunidades científica e profissional, expressa, nomeadamente pela colaboração na edição de revistas e pela apresentação de palestras convidadas e participação em júris académicos fora da própria instituição.

6.3.2 — Critérios para avaliação da vertente Experiência e Mérito Pedagógico (V_{EMP}):

CE_1 — Coordenação de projetos pedagógicos:

Coordenação e dinamização de novos projetos pedagógicos (e.g. desenvolvimento de novos programas de unidades curriculares, criação e coordenação de novos cursos ou programas de estudos, etc.) ou reforma e melhoria de projetos existentes (e.g. reformular programas de

unidades curriculares existentes, participar na reorganização de cursos ou programas de estudos existentes), realização de projetos com impacto no processo de ensino/aprendizagem, bem como participação em processos de acreditação ou certificação.

CE_2 — Produção de material pedagógico:

Qualidade e quantidade do material pedagógico produzido pelo candidato, bem como as publicações de índole pedagógica em revistas ou conferências internacionais de prestígio.

CE_3 — Atividade letiva:

Qualidade da atividade letiva realizada pelo candidato recorrendo, sempre que possível, a métodos objetivos baseados em recolhas de opinião alargadas (inquéritos pedagógicos).

6.3.3 — Critérios para avaliação da vertente Tarefas de extensão valorização económica e social do conhecimento (V_{TC}):

CTC_1 — Patentes, registo e titularidade de direitos, elaboração de normas técnicas e de legislação:

Autoria e coautoria de patentes, registos de titularidade de direitos de propriedade intelectual sobre *software*, métodos matemáticos e regras de atividade mental. Participação na elaboração de projetos legislativos e de normas técnicas.

CTC_2 — Serviços de consultoria e contratos de estudos e desenvolvimento:

Coordenação e participação em atividades de consultoria e/ou em atividades de estudos e desenvolvimento que envolvam o meio empresarial e o setor público. Participação como perito em painéis e processos de avaliação de projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico (I&DT) nas empresas e/ou entidades do sistema científico e tecnológico (SCT). Coordenação e participação como docente em cursos de formação profissional ou de especialização tecnológica dirigidos para empresas ou para o setor público. A avaliação deste critério deve ainda ter em conta a valorização económica dos resultados de investigação alcançados, medida pelos contratos de desenvolvimento e de transferência de tecnologia a que deram origem e as empresas de *spin-off* para cuja criação tenham contribuído.

CTC_3 — Divulgação de ciência e tecnologia:

Coordenação e participação em iniciativas de divulgação científica e tecnológica junto da comunidade científica (ex. organização de congressos e conferências) e para diversos públicos. Publicações de divulgação científica e tecnológica.

6.3.4 — Avaliação da vertente Gestão Universitária (V_{GU}):

Avalia-se a participação do candidato em atividades de gestão científica, pedagógica ou institucional.

6.3.5 — Critérios para a avaliação da vertente Projeto Científico-Pedagógico (V_{PCP}):

$CPCP_1$ — Programa de desenvolvimento da atividade científica:

Consistência, viabilidade e impacto do Programa Científico e Pedagógico para o desenvolvimento científico na área da Engenharia Mecânica e no domínio específico de Mecânica Aplicada, tendo em atenção a integração do candidato nas atividades em curso no âmbito da “Mecânica dos Sólidos e das Estruturas”, ou dos “Órgãos de Máquinas e Projeto Mecânico”.

$CPCP_2$ — Programa de desenvolvimento da atividade pedagógica:

Consistência, viabilidade e impacto do Programa Científico-Pedagógico para o desenvolvimento pedagógico na área da Engenharia Mecânica e no domínio específico de Mecânica Aplicada, tendo em atenção a integração do candidato nas atividades em curso no âmbito da “Mecânica dos Sólidos e das Estruturas”, ou dos “Órgãos de Máquinas e Projeto Mecânico”.

$CPCP_3$ — Programa de desenvolvimento da atividade de extensão universitária:

Consistência, viabilidade e impacto do Programa Científico-Pedagógico para o desenvolvimento da extensão universitária na área da Engenharia Mecânica e no domínio específico de Mecânica Aplicada, tendo em atenção a integração do candidato nas atividades em curso no âmbito da “Mecânica dos Sólidos e das Estruturas”, ou dos “Órgãos de Máquinas e Projeto Mecânico”.

6.4 — Modo de funcionamento do júri:

Cada membro do júri faz o seu exercício avaliativo, pontuando cada candidato em relação a cada vertente, numa escala de 0 a 100 pontos, tomando em consideração os critérios aprovados para cada vertente.

O Resultado Final (RF) da avaliação de cada candidato por cada membro do júri é calculado através da fórmula de ponderação das várias vertentes curriculares:

$$RF = 0.40 * V_{MC} + 0.25 * V_{EMP} + 0.10 * V_{TC} + 0.10 * V_{GU} + 0.15 * V_{PCP}$$

a qual reflete os pesos associados a cada vertente, constantes da Tabela 1.

TABELA 1

Pesos associados às vertentes de avaliação

| Vertente | Peso | Critério |
|---|------|---|
| V_{MC} (Mérito Científico) | 0.40 | Ci_1 — (Produção científica). Ci_1^2 — (Coordenação e realização de projetos científicos). Ci_3 — (Constituição de equipas científicas). Ci_4 — (Intervenção nas comunidades científica e profissional). |
| V_{EMP} (Experiência e Mérito Pedagógico) | 0.25 | Ce_1 — (Coordenação de projetos pedagógicos). Ce_2 — (Produção de material pedagógico). Ce_3 — (Atividade letiva). |
| V_{TC} (Tarefas de extensão e valorização económica e social do Conhecimento) | 0.10 | Ctc_1 — (Patentes, registo e titularidade de direitos, ...). Ctc_2 — (Serviços de consultoria e contratos de estudos e desenvolvimento). Ctc_3 — (Divulgação de ciência e tecnologia). |
| V_{GU} (Gestão universitária) | 0.10 | Cgu — (Atividades de gestão universitária). |
| V_{PCP} (Programa Científico e Pedagógico) | 0.15 | $CPCP_1$ — (Atividades científicas). $CPCP_2$ — (Atividades pedagógicas). $CPCP_3$ — (Atividades de extensão universitária). |

Na sequência do seu exercício avaliativo, cada membro do júri constrói a sua lista ordenada de avaliação dos candidatos, com a qual participa nas votações que conduzem à decisão de aprovação dos candidatos em mérito absoluto, nos termos descritos no ponto 6.1. e à ordenação final dos candidatos nos termos do ponto 6.4.1 seguinte.

6.4.1 — Deliberações do Júri:

Qualquer deliberação resultará do artigo 17.º, n.º 12 do Regulamento dos Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade do Porto — Despacho n.º 12913/2010, publicado no *Diário da República*, n.º 154, de 10 de agosto de 2010, aplicável por força do artigo 83.º-A do ECDU que determinou a aprovação do mesmo com vista à execução das normas daquele diploma legal, abrangendo a tramitação procedimental dos concursos, designadamente o sistema de avaliação e de classificação final.

Destarte, nos termos do artigo 17.º, n.º 12 do referido Regulamento o júri deliberará através de votação nominal fundamentada nos critérios de seleção adotados e divulgados a aprovação e a ordenação dos candidatos, sendo exigida a maioria absoluta para qualquer deliberação, isto é, um número de votos, pelo menos, igual a metade mais um dos votos dos membros presentes, não sendo permitidas abstenções.

Na primeira reunião de Júri deverá o mesmo deliberar a forma de obtenção de maioria absoluta para efeitos de ordenação final nos termos da aplicação conjugada dos artigos: 2.º, n.º 4; 3.º, alínea i), parte final; e 14.º do Regulamento dos Concursos para Recrutamento de Professores Catedráticos, Associados e Auxiliares da Universidade do Porto — Despacho n.º 12913/2010, publicado no *Diário da República*, n.º 154, de 10 de agosto de 2010 — 50.º n.º 5 do ECDU e 27.º n.º 1 do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro.

7 — O júri tem a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Pedro Nuno de Freitas Lopes Teixeira, Vice-Reitor da Universidade do Porto.

Vogais:

Doutor Jorge Alberto Cadete Ambrósio, Professor Catedrático, Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa;

Doutor José António Martins Ferreira, Professor Catedrático, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra;

Doutor João Paulo Flores Fernandes, Professor Catedrático, Escola de Engenharia, Universidade do Minho;

Doutor José Joaquim Lopes Morais, Professor Catedrático, Escola de Ciências e Engenharia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;

Doutor Paulo Manuel Salgado Tavares de Castro, Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto;

Doutor Jorge Humberto Oliveira Seabra, Professor Catedrático, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto.

Doutor Pedro Manuel Ponces Rodrigues de Castro Camanho, Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto.

8 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

9 de maio de 2017. — O Vice-Reitor, Prof. Doutor Pedro Nuno de Freitas Lopes Teixeira.

310499767

Faculdade de Medicina

Aviso (extrato) n.º 6224/2017

Abertura de Procedimento Concursal de Seleção para Contratação de Doutoramento

Nos termos do disposto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, por força da aplicação do n.º 1 do artigo 18.º do mesmo diploma, torna-se público que a Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP), vai proceder à abertura, pelo prazo de trinta dias úteis a contar da presente publicação, de procedimento concursal de seleção para contratação de um/a doutorado/a para ao exercício de atividades de gestão e comunicação em C&T na área científica de Ciências da Saúde e da Vida, no Centro de Investigação em tecnologias e Serviços de Saúde (CINTESIS), com vista ao exercício de funções de coordenação da equipa de gestão científica de projetos nas áreas de Ciências da Saúde e da Vida.

O aviso de abertura integral deste procedimento será publicado na Bolsa de Emprego Público (BEP), no sítio da Internet da U. Porto (<http://www.up.pt/recrutamentos>) e no Portal ERACareers da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. (<http://www.eracareers.pt>).

16 de maio de 2017. — A Diretora da Faculdade de Medicina da U. Porto, Professora Doutora Maria Amélia Ferreira.

310503912

INSTITUTO POLITÉCNICO DO CÁVADO E DO AVE

Despacho (extrato) n.º 4854/2017

Por despacho de 26 de setembro de 2016 do Vice-Presidente do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, no uso de competências delegadas